

Construtores querem punição

SÃO PAULO — O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon), Eduardo Capobianco, pediu ontem que a denúncia da CPI do Orçamento sobre a existência de uma rede de corrupção formada por oito grandes empreiteiras seja apurada até as últimas consequências e os responsáveis colocados na cadeia. Para Capobianco, a corrupção permitiu que 70% das obras ficassem na mão de um grupo reduzido de construtoras, com preços manipulados e muito maiores do que seriam praticados num sistema de livre concorrência.

“O núcleo corruptor é sempre o mesmo, sempre as mesmas empresas envolvidas em escândalos”, argumenta o presidente do Sinduscon. Segundo ele, existem mais de 5 mil pequenas e médias empreiteiras no país que estavam sendo sufocadas pelo esquema de corrupção.

Capobianco alerta que denunciar e punir os culpados não bastará se o governo permitir retrocessos na lei das licitações. Ele acredita que a Lei 8.666, de junho passado, que deixou o menor preço como o único critério para as licitações, está ameaçada. Os riscos, segundo ele, estão na Medida Provisória 372 que ainda será votada.

“A medida provisória tem um grande avanço ao determinar que todas as obras sejam pagas em ordem cronológica de contratação, mas põe junto um grande retrocesso, ao permitir que sejam estabelecidos outros critérios que não os de menor preço para as licitações em que houver financiamento externo”, diz Capobianco. Como ele prevê que o capital externo vá financiar grande parte das obras do país nos próximos anos, aposta que elas voltarão a ser dirigidas pela rede de corrupção.